

INCLUSÃO PARA ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO

Eixo temático: 20-Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (Atv. online)

Resumo

A Educação Inclusiva propõe a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, assegurando-lhes o direito à aprendizagem e à convivência em ambientes escolares acessíveis. A compreensão do conceito de deficiência, mediada por fatores biológicos, sociais e de aprendizagem, reforça a importância de práticas pedagógicas adequadas para a promoção da inclusão. O objetivo é descrever como se dá a utilização das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas. Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e descritiva. Foram analisadas publicações científicas, livros e artigos acadêmicos publicados entre os anos de 2014 e 2024, disponíveis nas bases SciELO, BVS, Google Acadêmico e CAPES, com foco em práticas pedagógicas inclusivas e políticas públicas educacionais. A análise da literatura evidenciou que, apesar dos avanços legislativos e teóricos no campo da inclusão, ainda persistem desafios significativos na prática pedagógica. Observa-se a prevalência de práticas tradicionais e a existência de atendimentos segregados, que limitam a efetivação de uma inclusão plena. Por outro lado, algumas experiências exitosas demonstram a importância da formação continuada dos professores e da adaptação do ambiente escolar como fatores facilitadores da inclusão. Conclui-se que a inclusão escolar depende de mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no sistema educacional. A valorização da diversidade, aliada ao compromisso coletivo da comunidade escolar, é fundamental para a construção de uma educação pública acessível e de qualidade para todos.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Escola Pública; Práticas Pedagógicas.

Introdução

A Educação Inclusiva refere-se ao processo de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de deficiências físicas, mentais ou distúrbios de aprendizagem, no ensino regular, assegurando o direito à aprendizagem e à convivência em um ambiente escolar comum e acessível a todos (Silva, 2016).

O conceito de deficiência mental, pode ser compreendido a partir de três eixos interativos fundamentais: o desenvolvimento-aprendizagem, os fatores biológicos e o ambiente físico e social. Esses elementos se articulam como base para as atividades mentais e o processo de aprendizagem. Embora o cérebro de uma criança recém-nascida possua potencialidades, o desenvolvimento dessas capacidades depende da interação com estímulos oferecidos pelo meio, que são mediados por fatores biológicos e ambientais (Rodrigues, 2016).

Corroborando essa visão, Piaget afirma que o ser humano nasce com potencialidades inatas para a aprendizagem, mas que o conhecimento se constrói a partir da interação com o

meio. Para ele, a aprendizagem ocorre por meio dos processos de assimilação, acomodação e reorganização das estruturas cognitivas. Esses processos são essenciais para que o indivíduo adquira e integre novos conhecimentos ao longo do tempo, promovendo o desenvolvimento da linguagem e da cognição (Palangana, 2015).

A escolha do tema de justifica diante do crescente número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas da rede pública em todo o Brasil. Essa realidade evidencia a importância de compreender mais profundamente o fenômeno da Educação Inclusiva e os desafios que ele impõe ao sistema educacional.

Este trabalho tem como propósito esclarecer as principais causas que levam um aluno a ser classificado como portador de necessidades especiais, bem como analisar as práticas e posturas adotadas pelas instituições escolares frente a esses estudantes. Ao investigar essas questões, busca-se contribuir para a promoção de uma educação mais justa, acessível e inclusiva.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo geral descrever como se dá a utilização das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas. Como objetivos específicos, busca-se: traçar algumas características dos alunos com necessidades especiais e identificar as práticas pedagógicas mais utilizadas no processo de formação educacional desses estudantes.

2 Fundamentação teórica

2.1 Criança Especial e o Meio Social

Segundo Vigotsky, os princípios do desenvolvimento humano são universais e se aplicam a todos os indivíduos. Para ele, todo ser humano é educável, e todas as crianças têm o direito de receber educação. Em sua perspectiva, a deficiência, apesar de representar uma fragilidade, também pode ser compreendida como uma força motriz para a realização pessoal. Essa visão propõe pensar a deficiência não como uma limitação isolada, mas como parte integrante da subjetividade do sujeito, que se constitui socialmente a partir de suas potencialidades, fragilidades e possibilidades educativas (Sebastián-Heredero, 2020).

Dessa forma, a deficiência não deve ser concebida como um fenômeno atemporal e universal, desvinculado do contexto histórico, social e cultural. Em sociedades capitalistas, por exemplo, as contradições geradas pelas exigências de produção e consumo influenciam diretamente a constituição da subjetividade dos indivíduos. A realidade de pobreza extrema e fome que atinge grande parte da população mundial, coexistindo com recordes de produção de alimentos e concentração de riquezas, evidencia a exclusão de muitos do acesso a bens materiais e culturais fundamentais para o pleno desenvolvimento humano.

Nesse contexto, é importante destacar que experiências comuns da infância, como chorar, sentir dor, frustrar-se e explorar o ambiente, são fundamentais para a construção de um adulto capaz de enfrentar conflitos e buscar realizações. A linguagem é um veículo fundamental de transmissão de informação, que se formou na história social da humanidade (TÉO, 2024).

Piaget também contribui com essa visão ao afirmar que as funções mentais superiores não são propriedades inatas ou espontâneas, mas se desenvolvem por meio da interação do indivíduo com o meio. O desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo ocorre à medida que a criança interage com o mundo ao seu redor, sendo essas experiências fundamentais para crianças com deficiência. Vigotsky, Luria e Leontiev (1998) reforçam essa concepção ao destacarem a importância da integração entre a criança e o ambiente para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Piletti, 2024).

A construção da identidade infantil tem início quando a criança passa a se reconhecer no outro, ou seja, é por meio da relação com os demais que ela descobre a si mesma e suas limitações. Nesse sentido, a criança com necessidades especiais, assim como qualquer outra, não deve ser isolada em ambientes com pouco estímulo. Ela precisa ser inserida em contextos de convivência com colegas considerados “normais”, pois é nessa interação que ela aprenderá a se posicionar, se expressar e lidar com os desafios da vida em sociedade (Winnicott, 2020).

2.2 A Inclusão Social

A inclusão social foi a ideia que orientou a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de deficientes nos últimos 50 anos. Este parâmetro consiste em criar mecanismos que adaptem os deficientes aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de alguns deles, criar-lhes sistemas especiais separados (Moraes, 2022).

Tem sido prática comum deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência: mencionando direitos inerentes a uma deficiência específica, abrangendo todos os direitos de forma generalizada, embrulhando-os, sem maiores cuidados em mostrar detalhadamente estes.

Assim a sociedade modificará em suas estruturas e serviços oferecidos, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptação específicas para cada pessoa com deficiência a serem capazes de interagir naturalmente na sociedade. Todavia, este parâmetro, não promove a discriminação e a segregação na sociedade. A pessoa com deficiência passa a ser vista pelo seu potencial, suas habilidades e outras inteligências e aptidões. Desta forma é proposto o paradigma da inclusão social. Este consiste em tornar toda a sociedade um lugar

viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades (Vieira, 2020).

A inclusão escolar remete a escola a questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui a "bytes". O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social (Siqueira, 2017).

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações que relacionamos anteriormente. Assim sendo, o futuro da escola inclusiva está, a nosso ver, dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos (Kassar, 2018).

Ademais, é notório que ainda são experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, estas experiências têm a força do óbvio e a clareza da simplicidade e só essas virtudes são suficientes para se antever o crescimento desse novo paradigma no sistema educacional.

Acredita-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes. Em consequência, a educação especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos deficientes, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

2.3 Desafios e Valorização da Criança

Um dos principais desafios enfrentados no processo de inclusão social é garantir a qualidade do ensino regular, o que exige o comprometimento de todos os educadores. Essa é uma responsabilidade inadiável das instituições escolares, considerando que a educação básica constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Embora seja uma tarefa possível, não pode ser realizada de maneira eficaz dentro dos moldes tradicionais de organização do sistema educacional.

Os aspectos educacionais que visam promover novas alternativas para a melhoria do ensino ainda estão distantes de concretizar uma escola verdadeiramente inclusiva, ou seja, aberta a todos os alunos de forma indistinta e incondicional. O que se observa, na maioria dos

casos, são iniciativas de inclusão parcial, que não estão acompanhadas de transformações estruturais no ambiente escolar. Essas ações geralmente mantêm os estudantes com deficiência em espaços segregados, como classes especiais, salas de recursos, turmas de aceleração, escolas especiais ou serviços itinerantes (Carvalho, 2024).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), nos artigos 58 a 60, define a Educação Especial como uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular, voltada para educandos com necessidades especiais. A legislação determina que o Estado tem o dever constitucional de garantir a oferta dessa modalidade desde a educação infantil, com início na faixa etária de zero a seis anos. Os sistemas de ensino devem assegurar a esses estudantes currículos adaptados, professores qualificados e condições organizacionais adequadas, incluindo também os alunos com altas habilidades ou superdotação (Sebastián-Heredero, 2020).

No entanto, é importante destacar que a inclusão escolar não significa desenvolver um ensino individualizado para alunos com déficits intelectuais, dificuldades de aprendizagem ou outras limitações relacionadas ao desempenho escolar. A perspectiva inclusiva rejeita qualquer forma de segregação, seja dentro ou fora da sala de aula. Assim, os alunos não devem ser encaminhados para salas de reforço nem submetidos a currículos diferenciados. Cabe ao professor promover um ambiente em que todos tenham acesso aos mesmos conteúdos e desafios, respeitando o ritmo e as possibilidades de cada estudante (Neto, 2018).

3 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica com abordagem descritiva e qualitativa, cujo objetivo é reunir, analisar e interpretar produções científicas que abordam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino público regular. A escolha por esse tipo de metodologia justifica-se pela necessidade de compreender, a partir de diversas perspectivas teóricas e práticas, as ações pedagógicas voltadas à inclusão escolar e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino.

A revisão foi realizada com base em fontes secundárias, como artigos científicos, livros, dissertações e teses publicadas nos últimos dez anos (entre 2014 e 2024), permitindo assim a análise de dados atualizados sobre o tema. As fontes foram selecionadas nas principais bases de dados acadêmicas, como a SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e CAPES Periódicos, além de obras de referência na área da educação e psicologia educacional.

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos materiais foram: textos publicados entre 2014 e 2024; disponibilidade em língua portuguesa; acesso ao conteúdo completo; e relevância para os seguintes eixos temáticos: inclusão escolar, práticas

pedagógicas, necessidades educacionais especiais, deficiência mental e políticas públicas de educação inclusiva. Foram excluídas obras que não abordavam diretamente o contexto escolar inclusivo ou que tratavam o tema de maneira superficial ou meramente opinativa, sem embasamento científico.

4 Resultados e Discussão

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva tem exigido dos educadores uma constante atualização e uma postura aberta ao diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Araújo (2019) observa que a pedagogia, ao se articular com saberes da medicina, biologia e psicologia, tem avançado significativamente na orientação e formação voltadas à educação especial, ocupando espaços que, por muito tempo, foram marcados por exclusão e estigmas.

No entanto, como alerta Mendes (2023), esses avanços ainda esbarram em uma formação docente fragmentada. A separação entre profissionais voltados à educação regular e os poucos destinados à educação especial gera um abismo na prática cotidiana das escolas. Essa dicotomia pedagógica não apenas reforça a desigualdade como fragiliza a construção de um ambiente que favoreça o desenvolvimento de todos. Para Mendes (2023), mais do que capacitar para lidar com as diferenças, é preciso criar pontes entre elas, e os educadores são os principais responsáveis por esse movimento.

Nesse mesmo percurso, Maluf (2022) reforça a importância da estimulação precoce como um caminho para ampliar as possibilidades de autonomia e participação das crianças com deficiência. O educador, nesse contexto, atua diretamente no incentivo às experiências diárias que alimentam o desenvolvimento motor, cognitivo e social. Maluf propõe que o cotidiano da criança seja tomado como espaço de aprendizado significativo, onde suas habilidades possam ser descobertas e cultivadas, sempre respeitando suas limitações e valorizando suas potencialidades.

Silva (2015), ao refletir sobre as especificidades da criança com síndrome de Down, chama a atenção para a distinção entre idade cronológica e funcional. Para o autor, esperar respostas uniformes é ignorar as particularidades do processo de aprendizagem. Mais do que a condição genética, são os olhares carregados de preconceito, muitas vezes vindos do próprio seio familiar, que bloqueiam o desenvolvimento dessas crianças. Essa constatação nos convida a repensar o que, de fato, limita o aluno: suas características individuais ou a forma como o ambiente o recebe?

Nesse sentido, Minetto (2022) propõe que o planejamento pedagógico parta da realidade concreta dos estudantes e dos recursos disponíveis, o que exige do educador uma escuta atenta, sensibilidade e criatividade. Conhecer as singularidades de cada aluno é

condição para que o planejamento deixe de ser um documento estático e passe a ser uma ferramenta viva, capaz de se transformar junto com a turma.

Por fim, Rocha (2021) destaca que a educação especial não deve se restringir ao ambiente escolar. É preciso incluir também a família e todos que compartilham a rotina da criança. Para o autor, o convívio e a troca de experiências entre escola, familiares e comunidade são fundamentais para a construção de vínculos afetivos e a promoção de interações que contribuam para o desenvolvimento global do aluno. Essa integração, segundo ele, deve acontecer de forma espontânea e acolhedora, livre de julgamentos ou desconfortos, valorizando o respeito mútuo e o afeto como princípios formadores.

5 Considerações Finais

Os achados desta pesquisa, por meio da revisão bibliográfica, evidenciam que a efetivação da Educação Inclusiva nas escolas públicas ainda enfrenta obstáculos significativos, sobretudo no que se refere à adoção de práticas pedagógicas verdadeiramente integradoras. Embora o ordenamento jurídico brasileiro reforce o direito à inclusão, a realidade escolar demonstra que muitos estudantes com necessidades educacionais especiais continuam sendo atendidos de forma parcial, em ambientes segregados ou sem as adaptações necessárias para seu pleno desenvolvimento.

Ademais, verificou-se que a compreensão sobre as especificidades desses alunos ainda é limitada em algumas instituições, o que compromete a construção de estratégias adequadas ao processo de ensino-aprendizagem. Por conseguinte, torna-se necessário repensar a formação docente e as condições estruturais das escolas, para que a inclusão não se restrinja a um conceito teórico, mas se concretize no cotidiano das salas de aula.

Conclui-se, portanto, que a inclusão efetiva exige o compromisso coletivo da comunidade escolar, pautado na escuta, na valorização da diversidade e na busca constante por práticas pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos e formas de aprender. Essa perspectiva contribui para uma educação pública mais equitativa, que reconhece e acolhe as singularidades de cada estudante.

Referências Bibliográficas

ALVES, W. L. Q.; DE JESUS OLIVEIRA, C. E. Literatura infantil e a ludicidade como instrumento facilitador do aprendizado. **Revista Cógno**, v. 6, n. 1, p. 3-20, 2024.

ARAÚJO, Mariane Dias et al. **“Demarcando território”: tensionamentos nas pesquisas de autoria indígena no contexto da Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI).** 2019.

CARVALHO, Larisse Junqueira Mendes de; TRANCHE, Ana Paula Gonçalves. **Programa de Assessoria Escolar Colaborativa–PAEC.** Editora Dialética, 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. **Revista brasileira de educação especial**, v. 24, p. 51-68, 2018.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Educação Infantil: Práticas inovadoras e desafiantes.** Editora Vozes, 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** EdUFSCar, 2023.

MORAES, Simeia Santos et al. **Os professores e os desafios da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental I.** 2022.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** Editora Intersaberes, 2021.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social.** Summus Editorial, 2015.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo.** Editora Contexto, 2024.

ROCHA, Gilda Fernandes Silva; DE FREITAS VIEIRA, Márcia. Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, n. 39, p. e20600-e20600, 2021.

RODRIGUES, Irene Elias. **Educação inclusiva.** Paco Editorial, 2016.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 733-768, 2020.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões.** Editora Paulinas, 2016.

SILVA, Antônia Maíra Emelly Cabral da et al. Um olhar sobre o processo ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down. **Revista Includere**, v. 1, n. 1, 2015.

SIQUEIRA, Neuza Maria Dias Garcia. Inclusão escolar e aprendizagem através da arte. **Revista Científica Educ@ção** v. 1, n. 2, 2017.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; ALVES, Solange Maria. O ato educativo humanizador em contexto de curricularização da extensão: reflexões sob a perspectiva histórico-cultural. **Revista Pedagógica**, v. 26, p. e8052-e8052, 2024